

Resultado fiscal

do Brasil e relação

dívida/PIB – resultado

macroeconômico de

2025

APRESENTAÇÃO

Esta edição abre a série do RADAR ANALÍTICO do ano de 2026, voltada a assuntos relacionados a desdobramentos e contextualização de propostas de CAMINHOS PARA O BRASIL.

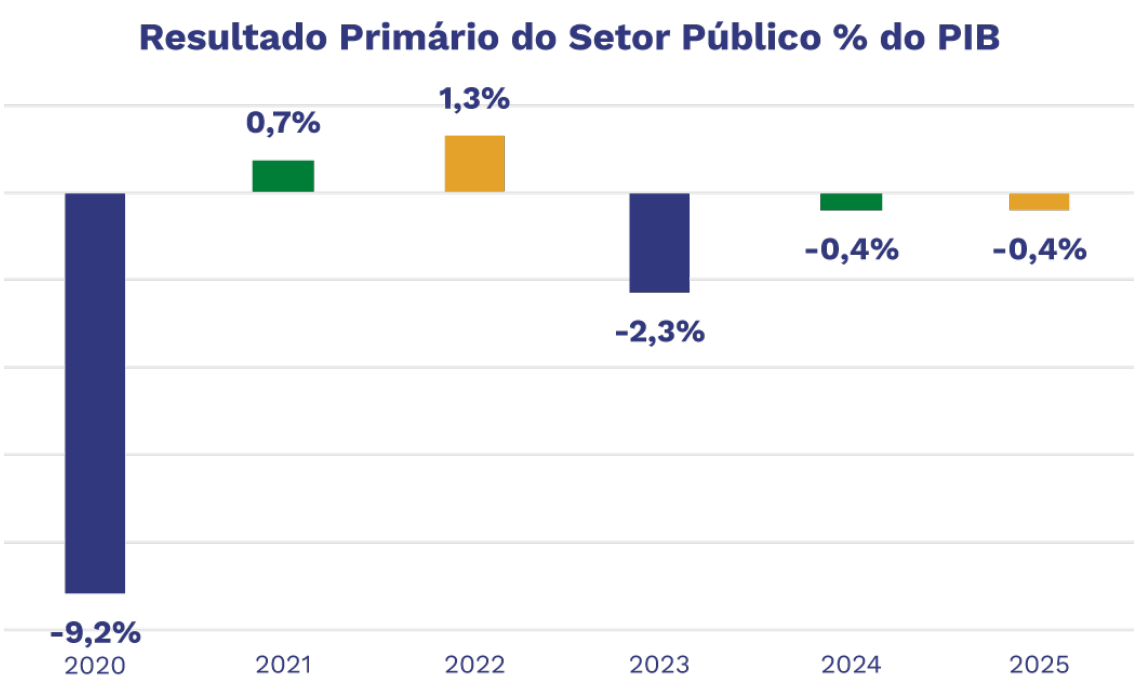
O documento político-programático do MDB, lançado em 22 de outubro de 2025, propõe e apresenta princípios de gestão macroeconômica para o Brasil baseados especialmente em:

*FATORES INTERNOS: (a) A responsabilidade fiscal e o cumprimento de metas fiscais, que geram o urgente equilíbrio fiscal e a contenção da dívida pública. (b) O controle inflacionário, a partir de política monetária e fiscal responsável e estrito cumprimento das metas de inflação. (c) O câmbio livre e flutuante, com reservas financeiras e um comércio exterior com superávit e em expansão. (d) A elevação do nível de poupança pública e investimento da economia (Formação Bruta de Capital Fixo), que permita taxas de crescimento econômico sustentadas. (e) O ganho permanente de produtividade, com estímulo aos setores mais dinâmicos e eficientes e ao novo empreendedorismo que surge em todo o Brasil; avanços na produtividade do trabalho em razão de melhora na qualidade da educação e adoção de tecnologia e inovação.*

*FATOR EXTERNO: (f) A credibilidade externa, reflexo da credibilidade interna, mas também de uma atuação coerente e consistente no plano global e internacional, ligada a uma maior proximidade com os melhores interesses comerciais e econômicos e uma presença efetiva nos foros globais.*

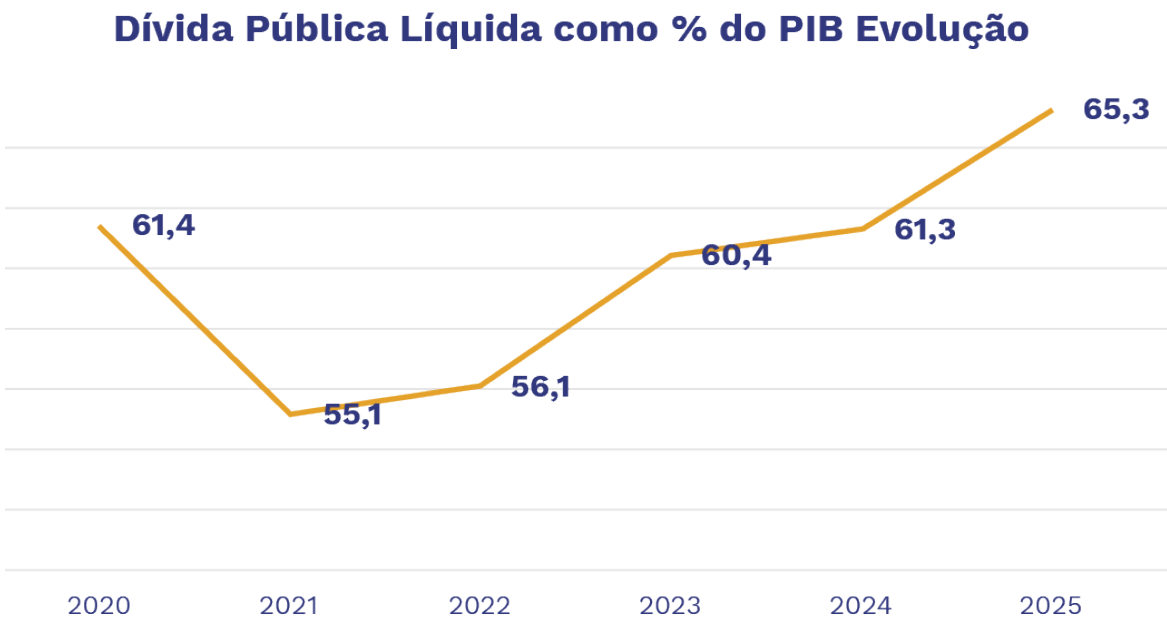
CAMINHOS PARA O BRASIL – Nosso País, Nossa Causa (Causa Mobilizadora 6, página 55)

Resultado primário do setor público brasileiro, com déficit de -R\$ 55 bilhões em 2025 (0,43% do PIB) apresenta terceiro ano com déficit consecutivo, ainda que mais brando, porém, com alto crescimento da relação dívida do setor público/PIB.



O resultado do setor público, divulgado oficialmente em 28 de janeiro, é a soma do resultado do governo central (-R\$ 58,7 bilhões), das estatais (-R\$ 5,8 bilhões), acrescido do superávit dos governos estaduais e municipais (+R\$ 9,5 bilhões). O método oficial de cálculo do resultado fiscal brasileiro exclui as despesas com serviços da dívida. O déficit ocorre mesmo com o nível recorde de carga tributária, estabelecido a partir de 2024 em 34,12%.

O aumento da despesa com juros da dívida (R\$ 1 trilhão/ano) e aumento da relação dívida pública líquida/PIB em quase 4 pontos percentuais (atingindo 65,3% do PIB) é o sinal mais preocupante das contas públicas do Brasil, e sinalizam para a pouca possibilidade, no curto prazo, de mudanças na política de juros sem reformas estruturais, reforma tributária implantada, evoluções na regulação do orçamento e melhoria do resultado fiscal.



Destaques

DEBATE PÚBLICO E CONGRESSO NACIONAL

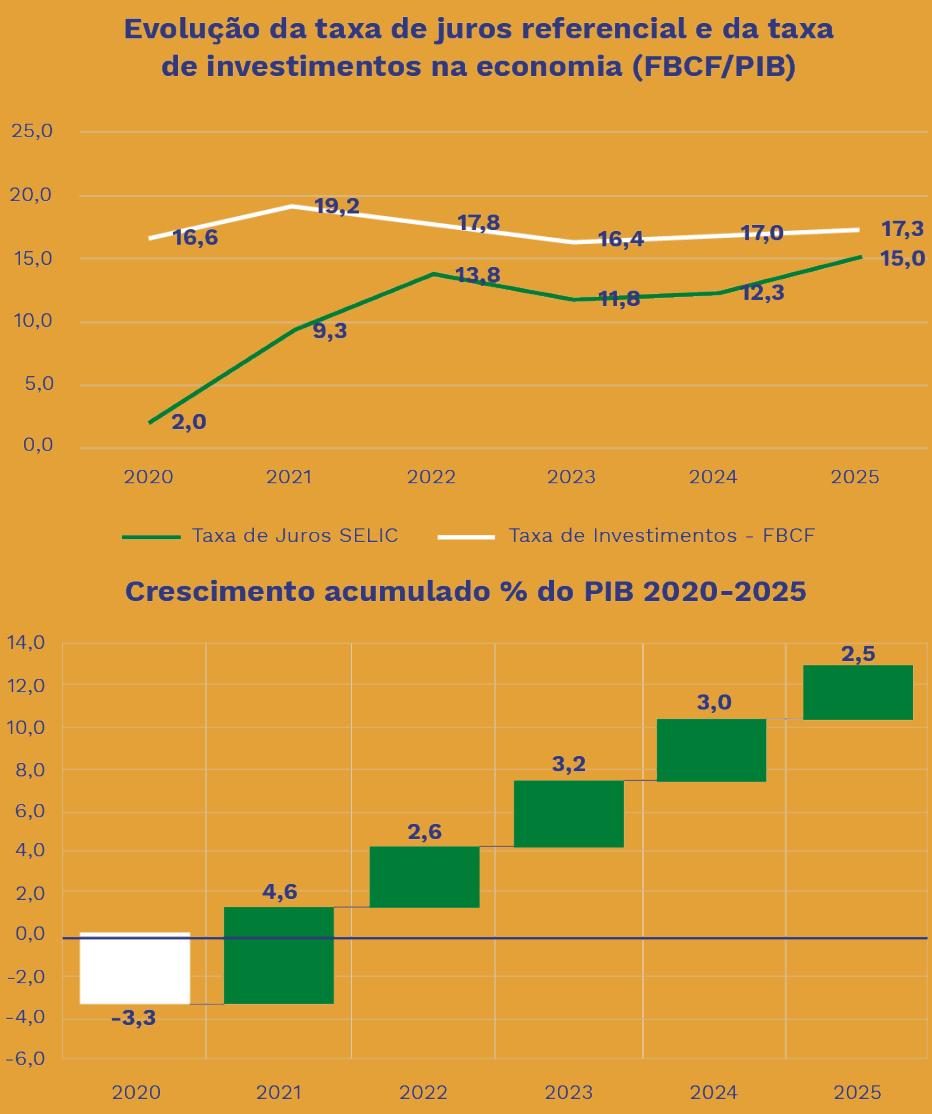
É paradoxal a conjunção de ano eleitoral com uma pauta de revisão de gastos diante dos resultados fiscais de 2025. Além dessa situação, apresenta-se no Congresso Nacional em 2026 a repercussão da aplicação das primeiras mudanças geradas pela Reforma Tributária. Um outro fator de monitoramento em 2026 serão as contas externas do Brasil, com déficit nas transações correntes de -R\$ 68,8 bilhões em 2025, mesmo com superávit comercial de R\$ 60 bilhões.

UM OLHAR PARA AS ELEIÇÕES

Abrem-se possibilidades para explorar o tema da responsabilidade fiscal enquanto política de governo e de Estado no debate eleitoral, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, ao ser tratado de forma didática no sentido de garantir os serviços públicos e possibilitar investimentos, realizando o paralelo com a responsabilidade na economia doméstica das famílias brasileiras e a situação de crédito e inadimplência.



Pensata



O modelo de juros altos necessário para conter a inflação diante de déficits acumulados e o aumento constante dessa relação dívida/PIB limita sistematicamente a capacidade de investimento do Brasil

A política de juros altos do BACEN cumpriu seu objetivo de controlar e debelar a inflação, com o índice de 4,26% obtido no IPCA no último mês de dezembro, mantendo-se dentro da margem de extrapolação da meta de inflação de 3,0%, com limite de 1,5% - primeira performance abaixo do limite da meta desde 2023. A manutenção de taxas de juros reais altas, mesmo que venham a sofrer reduções

pontuais, é, por outro lado, um dos fatores que se soma a risco-país, à segurança jurídica e fatores regulatórios como causas da taxa de investimentos na economia brasileira manter-se em patamar entre 17 e 19%. Com essa taxa de investimentos, a economia tem apresentado crescimento de baixo a moderado, no patamar entre 2 e 3%, com viés de desaceleração no próximo ano.